

NÚMERO AVULSO 50 CENTAVOS

Publicidade a preços convencionais

Editor — Eduardo Lopes

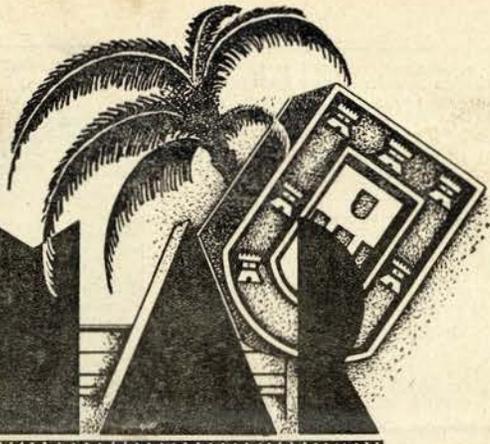
Tiragem: 10.000 exemplares

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
CORPO REDACTORIAL
HUGO ROCHA
J. MIMOSO MOREIRA
MÁRIO DE FIGUEIREDO

Redacção e Administração:
PALÁCIO DAS COLÓNIAS
(Palácio de Cristal)
▼ (TELEFONE 6580) ▼
Composto e impresso na «Imprensa Portuguesa», Rua Formosa — Porto

ULTRAMAR

ORGAO OFICIAL DA EXPOSIÇÃO COLONIAL



Há 37 anos...

O combate de Macontene, página de epopeia

21 de Julho de 1897 é, talvez, a maior data da epopeia portuguesa na África. A figura de Mousinho, o maior soldado português das campanhas da África, está, de tal modo, tão intimamente, tão fortemente, ligada a esta data que é impossível separar uma da outra, que é impossível evocar uma sem que a outra se lhe não associe, desde logo.

Quando se fala, hoje, nas campanhas de Mousinho, na formidável actividade militar do que morreu delimitando a sua própria morte de *cruel enigma*, logo acode a mente uma imagem de extraordinário relevo — a carga da cavalaria portuguesa em Macontene.

Macontene, campo de batalha em em que se jogou a cartada difícil da soberania portuguesa no Sul de Moçambique, deve ter, para o Portugal, ultramarino significação muito semelhante à que tem, por exemplo, o Buçaco, campo de batalha em que foi jogada a difícil cartada da soberania de Portugal na Metrópole.

O arrôjo, a decisão, o sangue-frio e, ao mesmo tempo, o espírito aventureiro do segundo Albuquerque conseguiram, mais do que todas as ordens de serviço e acima do respeito devido à hierarquia militar, o milagre militar de Macontene.

Trinta cavaleiros, rematando um combate que tivera, já, lampejos de epopeia, avançaram contra as hordas compactas dos guerreiros vátuas. Comandava-os Mousinho. O sabre do soldado que escrevera, em Chaimite, o epílogo do grande império negro do Gungunhana — cessou no Monomotapa das terras de Gaza — era o mesmo que brilhava, ao Sol metálico de Macontene, na carga memorável.

Olhando esse sabre impetuoso, esse sabre irresistível, os trinta bravos soldados da

(Continua na pág. n.º 2).

As reservas de Caça nas Colónias

Sobre este assunto inseriu, há dias, *O Primeiro de Janeiro*, um excelente artigo da autoria do eminente colonialista e brilhante oficial, sr. general Norton de Matos, cujas afirmações não podiam deixar de nos sugerir algumas considerações que julgamos oportunas neste momento, em vista do Certame Colonial, que tanto honra a iniciativa portuguesa e a direcção técnica da Exposição e desperta justificado interesse em toda a parte.

A propósito da notícia muito importante da criação, no Congo belga, de um vasto recinto para a conservação e defesa de reservas animais e étnicas e para efectiva protecção à Natureza e agora pela primeira vez postas em prática, de maneira eficaz, nas Possessões africanas, aduz o ilustre articulista alguns argumentos tendentes a desmerecer o valor e o alcance desta grandiosa instituição, no seu diama das mais dilatadas colónias do Continente Negro e faz-nos ver o autor como indesejável essa acumulação de animais ferozes, entre os quais sobressai o Gorila, que seria, segundo o mesmo ilustre escritor uma espécie de mancha perante a civilização, em vista da *ancestralidade* deprimente que esse antropoide hediondo revela (!)

Nós temos pelo insigne escritor e colonialista a maior consideração e simpatia, porém isto não nos impede de manifestar a nossa absoluta discordância de modo de ver sobre o assunto, parecendo-nos que muito há de «xagerado» e mesmo errôneo na argu-

mentação, aliás brilhante, mas infeliz, do autorizado colonialista, o qual pelo prestigio de que justamente goza, poderia desagradavelmente impressionar aqueles que o lerem com a devida atenção.

A questão das reservas de caça, em diversos países, por vezes dos mais adiantados na política e na cultura geral, não é nova e bastaria referir-nos à campanha dirigida na América do Norte pelo dr. Hornaday, director do Jardim Zoológico de Nova Iorque, a qual durou mais de vinte anos, para a fundação de parques de reserva e promulgação de leis eficazes para a protecção da natureza e da fauna em especial. Foi assim que se conseguiu a reserva dos últimos Bisontes americanos e dos célebres veados *Wopitis*, bem como das aves marinhas em *Laysan*. Legislação de varia origem, inglesa, francesa, internacional até, efectivam essa defesa bem entendida em diversos países exóticos, por exemplo na Índia inglesa e noutras colónias de administração europeia. Os próprios caçadores e viajantes, como Waasse, Foa e outros, preconizam o defeso da caça de alguns membros interessantes da fauna africana, no número dos quais se contam os Elefantes, as Zebras, os Antílopes e outras espécies em perigo de rareação ou desaparecimento, por virtude de desordenada chacina que os desportistas cinegéticos fazem entre elas. Não há muito, um zoólogo muito ilustre, o falecido professor Edmundo

(Continua nas páginas n.º 4 e 5).

Aptidões Musicais dos Indígenas de Moçambique

Com 14 anos de permanência na Colónia de Moçambique, tenho-me dedicado ao estudo das aptidões musicais dos seus indígenas, especialmente os dos Distritos de Lourenço Marques de raça Bantu e sub-raças Ba-Rongas Ba-Tongas e Ba-Shopes, e de Quelimane, da mesma raça e sub-raças Ba-Songas e Macuas. São estes, com efeito, os que melhor conheço não só pela minha permanente residência no primeiro daqueles distritos, como também pelo contacto, com esses mesmos e os de Quelimane, a que as minhas próprias funções militares naturalmente obrigam.

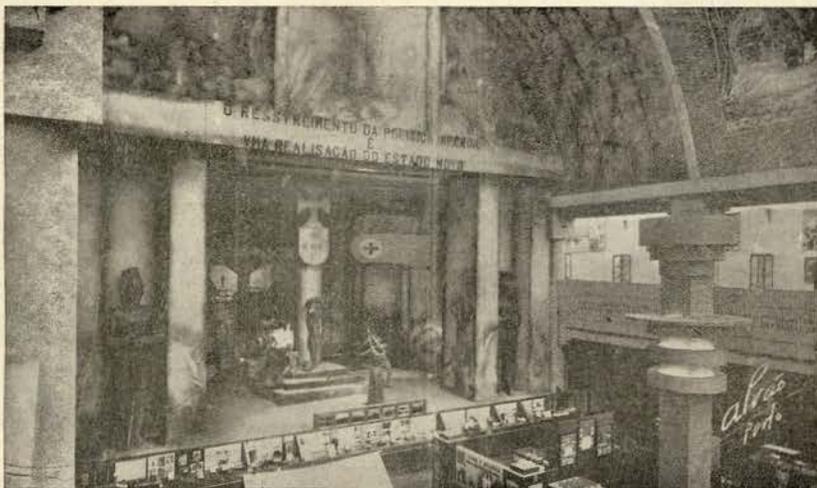
E' notado que os indígenas de Moçambique, independentemente de qualquer espécie de aprendizagem orientada, mostram certa vocação para determinados ramos de natureza artística, incluindo a pintura embora sob um aspecto embrionário. Natural seria, pois, que da música se não alheassem também, especialmente sob a modalidade de *Canto* já que é esta a forma mais intuitiva de combinação de sons.

Com efeito, percorrendo-se quais-quer regiões onde os indígenas vivam mais afastados da civilização Europeia, encontram-se frequentemente, durante as suas festas características, grupos, quer executando com pericia pequenos trechos musicais simplistas em instrumentos rudimentares de percussão, marimbas, tambores, etc., quer entoando várias canções tradicionais.

Tem sido, pois, sobre estas simples manifestações primitivas que tem incidido as minhas observações sobre a vocação e aptidões naturais dos indígenas de Moçambique para a arte musical.

E' evidente que, sem qualquer espécie de preparação artística, não poderiam

(Continua na pág. n.º 2)



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Alegoria ao futuro do Império

Aptidões Musicais dos Indígenas de Moçambique

(Continuação da 1.ª página)

constituir fragmentos musicais aceites pela técnica, os trechos executados em tais instrumentos construídos sem obediência aos preceitos exigidos pela arte. E, com efeito, tendo transportado para a escrita os sons produzidos em alguns deles, verifiquei que não dão nunca as escalas completas diatónicas, maiores, e ainda menos as menores — harmónica e melódica — nem, conseqüentemente, as cromáticas, embora figurem algumas das suas notas naquelas escalas.

Impossível se torna, todavia, aceitar e classificar dentro das várias espécies de composição, as suas execuções, em conseqüência daquelas notas, por vezes exactas, a que me referi, serem sucessivamente alternadas por outros intervallos que a nossa técnica não admite.

Ora o fenómeno que se observa nos seus instrumentos rudimentares, nota-se, também, no canto em que aquelas não são executadas em toda a sua extensão, embora nesta especialidade atinjam um grau de perfeição ligeiramente superior por lhes ser, evidentemente, mais fácil a regularização das escalas pela emissão de sons vocais.

Há, também, a salientar que os tons menores nunca figuram nas suas canções tendo verificado a sua negação absoluta para essas tonalidades.

Mas, apesar de tais deficiências, não deixam de revelar certas qualidades aproveitáveis, e alguns, mesmo, determinada vocação musical.

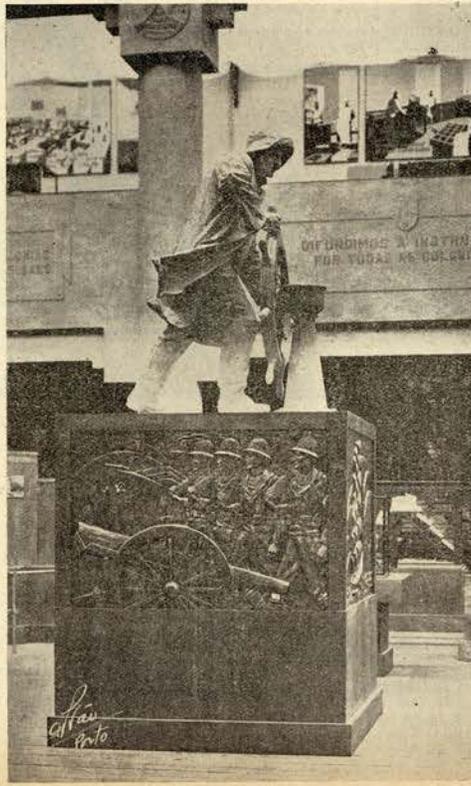
Ora são essas qualidades que, no conjunto da acção civilizadora dos portugueses em Moçambique, tem sido sucessivamente aperfeiçoadas por intermédio das escolas rudimentares e primárias, escolas de artes e officios, missões, e unidades militares por onde anualmente transitam milhares de indígenas dos contingentes de recrutas que nelas recebem uma completa educação e instrução.

A organização do orfeão das praças da 5.ª Companhia Indígena, é, pois, uma manifestação de actividade militar, normal, da Colónia onde esse ramo de ensino se acha previsto e tem execução. Não é, todavia, sem grandes dificuldades que tais conjuntos orfeónicos se conseguem, porquanto os organizadores, em regra, tem que defrontar-se, no acto da incorporação nos serviços militares, com a geral incultura dos instruídos, a sua nula preparação artística e o desconhecimento da língua portuguesa.

Assim, após a escolha das vozes feita ao piano para constituição dos diferentes naipes, só com um ensino individual muito exaustivo se obtém, de começo, algum rendimento, e, para tal as explicações, muitas vezes, tem que ser dadas com o auxílio de intérpretes.

Foi, portanto, desta forma, que se conseguiu o conjunto orfeónico de praças indígenas de Moçambique que representa esta Colónia na Exposição Colonial do Porto, não deixando de ser apreciável o seguinte programa que até à data, e num curto prazo, foi possível ensaiar:

Orfeão a 3 vozes — a) músicas portuguesas: *Portuguesa*, hino nacional; *Maria da Fonte*, hino patriótico; *Soldado de Moçambique*, canção; b) músicas indígenas: *Sua Jolina*, hino



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — Nave Central. «O homem do leme», escultura de Américo Gomes

Ingue Ingonyama, canção; *Salanini ba Makuera*, canção; *Khulelany ka Yehova*, canção; *Hina hi ma Africano*, canção marcha.

Orfeão a 4 vozes — a) música portuguesa: *Romeiros que passam*

Direi, todavia, que, em conseqüência da já citada dificuldade na emissão das tonalidades menores que, entre os indígenas da Colónia, são ainda desconhecidas, o Hino Nacional é todo executado em tom maior, o que, estando tecnicamente certo, não deixa de ser bastante interessante, embora não exprima, apenas, a intenção do autor.

Mas a apresentação na Metrópole dum grupo orfeónico de soldados indígenas é, sem dúvida, uma bela demonstração não só do grau de aperfeiçoamento da instrução militar em Moçambique, como também da acção civilizadora dos portugueses e do muito interesse de Portugal pela educação dos indígenas do seu Império Colonial.

TOMAZ JORGE JÚNIOR.

ULTRAMAR é largamente distribuído pelas Colónias, consulados e casas de Portugal no estrangeiro, centros de turismo, estabelecimentos de cultura e ensino oficiais e particulares, associações comerciais, agremiações, organismos coloniais, etc.

Há 37 anos...

O combate de Macontene, página de epopeia

(Continuação da 1.ª página)

cavalaria portuguesa deviam sentir-se dinamizados de heroísmo, de renúncia, de sacrificio.

Aquela carga, que iria destroçar para sempre, os *imbis* emplumados dos rebeldes, tinha ar seu de doído sacrificio. Trinta soldados quasi exaustos montando animais depauperados pelas ardeências do clima e pelas evoluções da campanha só podiam vencer um verdadeiro exercito negro dirigido por um verdadeiro cabo de guerra.

Ressurgiu, nesses homens, o impeto dos soldados do Portugal antigo. O sabre flamejante de Mousinho, apontado para a frente, cintilou, certamente, com um fulgor de milagre. E galvanizado pela idea da Pátria como os legionários de Constantino pelo sinal da cruz desenhado no céu, os trinta cavaleiros portugueses de Macontene puseram toda a alma nessa carga que ficou fulgurando na História da cavalaria portuguesa.

Há, ainda, veteranos desse combate. Homens que conheceram o desespero da derrota do Maquiquane, que viram, no céu do império vátua apagar-se a derradeira estrela.

Confraternizando, passou, pelas suas almas, o sopro da epopeia que a grande alma de Mousinho lhes insuflou, há trinta e sete anos, no descampado de Macontene.

Pisei, também, o capim de Macontene, em que essa singela *memória* se destaca, recordando o feito português. E, por que senti ao olhá-la, a impressão profunda que um grande silêncio fez avultar, quero erguer, também, à saúde desses velhos heróis das guerras de África a taça de minha emoção mais portuguesa, mais sincera, mais forte...

HUGO ROCHA.

Hóspede ilustre

A visita do sr. Ministro das Colónias da Bélgica à Exposição

O sr. dr. Paulo Tschoffen, illustre Ministro das Colónias da Bélgica, um dos obreiros admiráveis da expansão e civilização do Congo visitou em 29 de Julho findo a Exposição, acompanhado dos srs. dr. Armando Monteiro, illustre Ministro das Colónias de Portugal, e dr. Francisco Vieira Machado, digno sub-secretário de Estado das Colónias e outras individualidades, tendo uma recepção brilhante.

A entrada no Parque do Império, prestou a guarda de honra ao dr. Paulo Tschoffen a 5.ª Companhia Indígena de Moçambique com a banda regimental de Angola, tendo os titulares belga e português passado revista e assistido ao desfile da tropa de África.

O sr. dr. Tschoffen depôs um ramo de cravos na base do Monumento ao Esforço Colonizador. Em sua honra, ofereceu-lhe o sr. Ministro das Colónias um jantar íntimo, e à noite dedicou-lhe no Parque do Quissange, na Exposição, um festival, seguido da ceia, que marcou como reunião de suprema distinção e elegância.

O illustre Ministro das Colónias da Bélgica apreciou, detidamente,

A classificação dos mostruários dos expositores REUNIÃO DOS JURIS

Vão iniciar-se este mês os trabalhos de classificação dos mostruários apresentados na Exposição.

Dos jüris de classe, que são os primeiros a reunir, fazem parte um engenheiro civil, um engenheiro agrónomo, um médico, um veterinário, officias da marinha e do exercito, jornalistas, técnicos de propaganda e publicidade, comércio e industria.

A organização destes jüris pertence, nos termos do regulamento da Exposição, à Comissão Executiva sob proposta do Director-técnico. Os Expositores não tem qualquer intervenção no funcionamento dos jüris, limitando-se a fornecer os esclarecimentos que lhes forem solicitados, tendentes a facilitar o exercicio dos jurados e a conhecer, em detalhe, do valor ou significado das representações.

Está projectado conferir, além das recompensas habituais aos productos e objectos expostos, prémios aos expositores que construíram pavilhões e stands dignos de apreço, pela sua originalidade ou magnificência, concedendo-se *menções honrosas* aos artistas que na sua construção intervieram.

Esta distincão será extensiva aos vários cooperadores da Exposição.

o recheio do Palácio das Colónias, felicitando o sr. capitão Henrique Galvão, como director técnico do nosso certame, e o sr. dr. Armando Monteiro, como poderoso animador da nossa politica colonial, pela obra de que esta Exposição é o documentário significativo e eloquente.

ANGOLA

Cinquenta anos de Comércio Externo 1884 a 1934

ANOS	EM MOEDA DE ANGOLA (mil reis, escudos e angls.)		EM LIBRAS (£)		OBSERVAÇÕES
	Importação	Exportação	Importação	Exportação	
1884	3.687.017	3.408.372	819.337	757.416	1— Os números referentes a importação, nos anos de 1884 e 1891, foram assim arranjos: adicionou-se, ao valor da importação pelo Círculo Aduaneiro de Angola, o primeiro número conhecido relativo ao valor da importação pelo Congo (ano de 1892-1.113.315\$). A instalação de Administração do Congo foi feita em 1887. 2— Os números referentes a importação nos anos de 1892 e 1905, excepção feita de 1895 e 1901, foram assim arranjos: adicionou-se, ao valor da importação pelo Círculo, o valor da importação pelo Congo. 3— Os números referentes a importação, nos anos de 1895 e 1901, foram assim arranjos: adicionou-se ao valor da importação pelo Círculo a média do valor da importação pelo Congo nos anos de 1894 e 1896 (1.011.558\$) e nos anos de 1900 e 1902 (604.904\$). 4— Só de 1909 em diante, foi possível retirar dos valores de importação o dinheiro e os valores selados que nela entravam indevidamente. 5— Os números referentes à importação, nos anos de 1914 e 1918, foram assim arranjos: adicionou-se ao valor da importação pelo Círculo Aduaneiro de Angola a média do valor da importação pelo Congo nos quatro anos que precederam 1914 e nos quatro que se seguiram a 1918 (302.037\$). 6— Os números referentes à exportação nos anos de 1884 e 1887 foram assim arranjos: adicionou-se ao valor da exportação pelo Círculo o número que Brito Capelo indica no seu relatório de governo como representando o mínimo de exportação pelo Congo naquela época (1.200.000\$). 7— Os números referentes à exportação nos anos de 1888 e 1914 excepção feita do ano de 1901, são os que João Mesquita indica no seu livro de estatística para estudo das pautas. Os elementos de controle que reunimos, em relação a este período, induziram-nos a considerar os números deste autor, como os melhores. 8— O número referente à exportação, no ano de 1901, foi assim arranjo: adicionou-se, ao valor da exportação pelo Círculo, a média do valor da exportação pelo Congo, nos anos de 1900 e 1902 (646.948\$). 9— Os números referentes à exportação, nos anos de 1914 e 1915, provieram dum arranjo semelhante ao que se indica no n.º 5, para os números relativos à importação, sendo de 1.314.737\$ o número médio da exportação. 10— Os totais anuais, referentes à importação e à exportação, até hoje dados a público accusam diferenças importantes, de autor para autor. E' que, no seu arranjo, consideram uns, e outros não, o seguinte: 1.º— Importação pelas alfândegas do Congo. 2.º— Importação feita pelo Estado. 3.º— Importação de dinheiro e valores selados. 4.º— Importação de encomendas postais. 5.º— Exportação pelas alfândegas do Congo. No quadro presente, os números exprimem valores homogêneos, quere dizer, referentes a idénticas quantidades. Não foi possível com relação ao período anterior a 1909, excluir da importação a moeda e valores selados. Mas, o principal factor de disparidades — o comércio pelo Congo — foi considerado no arranjo de todos os números. Assim, se não é perfeito este quadro estatístico, pensamos que é o menos errado possível. 11— De 1884 a 1900, atribuiu-se à libra um valor de 4850, que outro mais exacto não foi possível fixar; daí por diante, as cotações são exactas. 12— Até 1927, inclusive, os valores em moeda de Angola são representados em Reis e Escudos; de 1928 em diante os mesmos valores são representados em Angolares. 13— Se se considerar que na importação de 1932 pesam 26.248.973,00 Ags. de mercadoria entrada em 1929 e 1930 e que alguns milhares de contos de diamantes deixaram de sair, em 1922 — por motivos que não cabe ter aqui em conta — para saírem em 1933, os saldos da balança comercial, em 1931, 1932 e 1933, apresentam uma uniformidade, a qual dá nota duma maior segurança do saldo favorável. 14— A notação de dados, para a elaboração do presente quadro, foi feita: — No «Relatório do Governo Geral da Província de Angola», por Guilherme Augusto de Brito Capelo (publicado na Imprensa Nacional de Lisboa, em 1889). — Nas «Propostas de lei e documentos relativos às provincias ultramarinas», pelo Ministro António Teixeira de Sousa (publicado na I. N. de Lisboa, em 1902). — Nas «Propostas de lei e documentos relativos às provincias ultramarinas», pelo Ministro António Eduardo Vilaça (publicado na I. N. de Lisboa, em 1899). — Nos «Dados Estatísticos para o estudo das pautas de Angola», por João Mesquita (publicado na I. N. de Luanda, em 1918). — Em «Algumas considerações sobre o regimen pautal de 1892», por Casimiro Arez (publicado na I. N. de Luanda, em 1918). — Na «Estatística Comercial de Angola», editada pelos Serviços Aduaneiros da Colónia, referente a 1909 e 1930. — Na Repartição de Estatística da Direcção dos Serviços Aduaneiros de Angola.
1885	3.211.593	2.884.930	713.687	641.095	
1886	3.004.444	2.615.079	667.054	581.128	
1887	3.709.862	3.411.303	824.413	758.057	
1888	4.691.154	3.068.774	1.042.478	681.949	
1889	4.901.294	4.048.475	1.089.176	897.438	
1890	5.315.848	4.799.844	1.181.299	1.066.632	
1891	5.787.604	4.802.645	1.286.134	1.067.254	
1892	4.456.565	4.840.910	990.347	1.075.757	
1893	5.796.307	6.545.110	1.288.068	1.454.468	
1894	6.090.952	5.264.920	1.353.544	1.169.982	
1895	5.334.781	6.131.090	1.185.506	1.362.464	
1896	4.718.187	5.569.063	1.048.486	1.287.569	
1897	5.087.871	6.579.290	1.130.638	1.462.064	
1898	6.723.080	7.902.916	1.454.017	1.756.203	
1899	7.102.224	7.958.456	1.578.272	1.768.554	
1900	7.100.127	5.916.653	1.118.130	931.756	
1901	4.569.168	5.029.696	719.554	792.078	
1902	3.382.717	3.240.497	585.245	560.639	
1903	6.095.314	5.668.051	1.084.575	1.008.550	
1904	7.679.197	5.653.612	1.403.875	1.033.567	
1905	6.881.563	5.092.988	1.421.810	1.052.270	
1906	6.536.280	4.988.160	1.411.723	1.077.356	
1907	6.923.391	4.744.952	1.479.357	1.013.878	
1908	5.527.482	4.229.664	1.071.207	819.702	
1909	5.769.454	6.007.870	1.094.773	1.140.013	
1910	8.951.465	8.932.513	1.826.829	1.822.961	
1911	6.448.162	6.630.435	1.307.943	1.344.915	
1912	5.978.734	7.542.006	1.205.389	1.520.565	
1913	6.273.949	6.144.243	1.190.502	1.165.890	
1914	5.503.657	5.481.974	986.318	982.432	
1915	6.092.168	6.929.210	902.543	1.026.549	
1916	8.946.127	8.027.992	1.268.954	1.138.722	
1917	6.637.103	6.787.073	859.728	879.154	
1918	9.275.308	8.655.756	1.155.081	1.077.927	
1919	11.126.151	12.899.159	1.332.473	1.544.809	
1920	20.555.849	19.181.220	916.444	855.159	
1921	45.532.182	29.661.269	1.092.422	711.642	
1922	88.839.620	111.866.561	1.359.235	1.711.544	
1923	216.194.175	201.317.706	2.055.077	1.913.666	
1924	332.357.626	275.914.979	2.248.698	1.866.813	
1925	252.146.594	233.638.446	2.265.468	2.099.177	
1926	233.789.999	200.040.549	2.094.517	1.792.156	
1927	282.676.044	213.148.164	2.398.201	1.808.332	
1928	259.815.679	272.372.699	2.071.069	2.171.166	
1929	305.768.020	281.920.004	2.762.379	2.548.775	
1930	240.544.467	233.968.548	2.153.101	2.094.240	
1931	146.870.223	204.310.014	1.318.996	1.834.845	
1932	191.346.113	199.877.546	1.692.429	1.767.889	
1933	175.937.852	246.863.819	1.559.871	2.188.703	

A Secção de Informações

A sua organização e a sua actividade

A Secção de Informações continua activamente a sua função que, na Exposição Colonial, realiza a obra do futuro que hi-de ficar do certame.
O detalhe que presta aos consulentes denota bem o trabalho de organização da sua variada documentação.

A mesma Secção compete a orientação das edições de obras de divulgação e especialmente a factura da «Informação Económica do Império» — obra esta de grande tomo e que pela vez primeira se realiza no país.
Como demonstração dos elementos coligidos que esta Secção possui, a seguir se publica um mapa de grande valor e de trabalhosa organização que reflecte a posição da balança comercial da Colónia de Angola nos últimos 50 anos.
A sua paciente confecção deve-se à representação daquela Colónia nesta Exposição a qual é de justiça enaltecer a meticulosidade da variada informação estatística e económica que preparou para o certame.

As quasi lendárias descrições do Embaixador de Benin que de lá veio com João Afonso de Aveiro, sobre um rei misterioso a quem chamava Oganá (?), intrigaram grandemente D. João II.

Pensando tratar-se do Preste João para quem convergia o interesse comum de toda a Europa, que o supunha um poderoso Príncipe cristão, Senhor de grandes Estados

unicamente do Rei invisível e de novas suas, pelo menos do Grande Cabo que devia terminar a África ao sul, abrindo portanto o caminho marítimo para a Índia.

Para a comandar e pilotar nomeou os mais notáveis navegadores, e tendo escolhido para chefe, Bartolomeu Dias, cavaleiro da sua casa, chamou-o à sua presença para lho notificar.

— Não bastará ao homem para saber vencer, a confiança do Rei que saberá esperar?

— Senhor Rei, pronunciou Bartolomeu Dias em voz mais firme desta vez, ponderei já nas grandezas que a nova viagem poderá acrescentar a Portugal, e parto cheio de Fé.

Passando os navios em frente a Cabo Verde, foi Bartolomeu Dias gostosamente surpreendido com as salvas das tripulações.

Sensível à homenagem dos seus homens que assim lembravam com infância o antigo escudeiro da casa de D. João I, e seu glorioso antepassado, a quem se devia aquela feliz descoberta, ele próprio ajoelhou para uma breve oração.

Mas ao erguer-se, contemplando o Cabo verdejante das grandes baobabs, cuja vegetação exuberante e colossal beijava o chão, num esplendor magnífico de incrível fertilidade, arreceou-se um momento pelo futuro.

As mais belas tradições pesavam sobre o seu nome.

Quem seria mais tarde na História dos Descobridores portugueses, o neto de Diuiz Dias?

E enquanto o tumultuar das gentes se aquietava de novo, nos barcos, um pouco alheado de tudo que o rodeava, o grande navegador lembrava o exemplo de valor e dedicação que tinha diante dos olhos.

Esse homem que vivia na grandeza, sereno e despreocupado, pelos muitos benefícios que devia ao Infante D. Henrique, pensou um dia mostrar-lhe a sua gratidão.

Então mandando armar um navio por conta própria nele se aventurou para diante das últimas terras de que havia notícia.

E assim avistou as primeiras almadias de pesca ao sul do rio Senegal, donde trouxe negros jaloios seguindo depois para oeste.

Chegado ao cabo que a expedição, agora, acabava de saudar, desembarcava numa ilha onde levantara uma cruz de pau como única memória. Tal fôra o devoto compromisso do seu ascendente que não caminhara mais além por ter pressa de trazer alegria ao Infante.

«Quem é o homem para que vos lembres dele, ou o filho do homem para que o engrandais tanto?»

E curvava-se quanto podia para esconder o pranto, que com o orgulho aludia à sua face juvenil.

Sentia uma tal alegria inundar-lhe a vida que chegou a considerar fácil a perigosíssima incumbência de que acabava de ser honrosamente encarregado.

Ao ver que se enganara a máscara severa do Príncipe Perfeito transformou-se rapidamente.

E procurando com a elegância moral da resposta, atenuar a injustiça de que se envergou, levantou-se para o abraço.

O Padrão da Cruz

armada de Bartolomeu Dias ao sair do Cabo das Voltas foi violentamente sacudida por indómito noroeste.

Durante treze dias o vento assoprou as naus fustigando-as para o largo a golpes de águas que as varriam e alagavam de lés a lés. Velejavam a custo.

Os relâmpagos fendiam o espaço curvamente, afogando-se de seguida na escuridão que as chuvas torrenciais tornavam mais melonha.

Bramiam os mares e gritavam as negras que sempre na ilusão de imaginários mensageiros que atraíssem o Preste João das Índias. El-Rei mandara depositar nos países desconhecidos, bem parmentadas e com amostras de ouro e prata para espalharem a notícia das riquezas de Portugal.

Os trovões ensurdeciam a marinhagem de que todos os modos tentava distarçar o perigo.

Alguns homens oravam com soluços na voz:

- Senhora dos navegantes
- Vinde livrar-nos do mal
- Acudi aos mareantes
- Para bem de Portugal,
- Senhora dos navegantes,
- Para bem de Portugal!

e esperavam pacientemente que a tempestade amainasse.

Outros na iminência do naufrágio lutavam com os elementos e com o desespero alijando o terror para fortalecer a coragem, mas todos cuidando com fé que Deus lhes valeria.

O céu tenebroso parecia insensível ao destino dos rijos marinheiros que arreado as vergas a meio mastro repetiam em cântico:

- Senhora dos navegantes,
- Acudi aos mareantes
- Para bem de Portugal!

táveis, o colono verdadeiramente iniciado, terá, é certo, de lutar contra a Natureza hostil, mas acabará por dominá-la e por trazer a proveito da comunidade os elementos aparentemente irreductíveis. Foi deste modo que, empregando a tenacidade com inteligência, se conseguiram na África Oriental das Zebras, supostas indomáveis prodiços de domesticação, posto à prova as suas excelentes qualidades de resistência. Sua Ex.^a detesta os Antropóides, sobretudo o Gorila e considera que a presença deles em alguma coisa atenua o prestígio da nossa soberana espécie e nos humilha, pela suposta ancestralidade repugnante. O facto é, porém, que da existência dos pretensos monstros não advém mal nenhum ao ente humano que os não vê provocar em seus abrigos naturais, pouco acessíveis, aliás; pelo contrário, verifica-se a utilidade deles, perante a ciência desinteressada e ainda como exemplares de ordem para certas experiências. Como os missionários, à força de coragem, de saber e de abnegação reduzem à humanização os indígenas, por vezes, intra-

mente, o colono verdadeiramente iniciado, terá, é certo, de lutar contra a Natureza hostil, mas acabará por dominá-la e por trazer a proveito da comunidade os elementos aparentemente irreductíveis. Foi deste modo que, empregando a tenacidade com inteligência, se conseguiram na África Oriental das Zebras, supostas indomáveis prodiços de domesticação, posto à prova as suas excelentes qualidades de resistência. Sua Ex.^a detesta os Antropóides, sobretudo o Gorila e considera que a presença deles em alguma coisa atenua o prestígio da nossa soberana espécie e nos humilha, pela suposta ancestralidade repugnante. O facto é, porém, que da existência dos pretensos monstros não advém mal nenhum ao ente humano que os não vê provocar em seus abrigos naturais, pouco acessíveis, aliás; pelo contrário, verifica-se a utilidade deles, perante a ciência desinteressada e ainda como exemplares de ordem para certas experiências. Como os missionários, à força de coragem, de saber e de abnegação reduzem à humanização os indígenas, por vezes, intra-



Desenho de José Leite

na Índia, ouviu El-Rei atentamente todas as notícias que lhe contavam.

E indagando mais, para que melhor o informassem veio a saber que os Reis de Benin solicitavam desse soberano Encoberto, por intermédio dum Embaixador, a confirmação de que precisavam para subir ao trono.

E que, o poderoso monarca respondia em estranho cerimonial, enviando-lhes umas insignias com a Cruz de Malta em latão, para que depois trouxessem ao peito, e mostrando apenas um pé na despedida a esse Embaixador, por entre as cortinas de seda que o escondiam aos olhos de todos os vassallos.

Vivamente interessado reuniu o Rei de Portugal vários conselheiros e juntas para recolher os mais abalizados juízos, e o parecer unanime foi que se tentasse realmente identificar o Preste João. Na sequência natural dos descobrimentos da Costa Ocidental da África, não seria isso completamente impossível aos portugueses.

Decidiu-se portanto D. João II a organizar uma expedição em demanda senão

Feliz pela distinção com que El-Rei lhe confiava a audaciosa empresa que de momento, mais desejava realizar durante o seu reinado, o novo capitão emudeceu. D. João II fitou-o descontente com aquele silêncio que erradamente tomou por temor ou hesitação.

— Recusais? interrogou sobrecegado.

— Senhor... ia a responder Bartolomeu Dias, mas a voz faltou-lhe para prosseguir.

— Arreciais-vos? continuava El-Rei sorrindo contrafeito e irónico.

E os seus olhos fuzilavam de irritação.

— Senhor... disse por fim o novo Capitão da Frota, permiti que vos saíde com as palavras do Profeta:

«Quem é o homem para que vos lembres dele, ou o filho do homem para que o engrandais tanto?»

E curvava-se quanto podia para esconder o pranto, que com o orgulho aludia à sua face juvenil.

Sentia uma tal alegria inundar-lhe a vida que chegou a considerar fácil a perigosíssima incumbência de que acabava de ser honrosamente encarregado.

Ao ver que se enganara a máscara severa do Príncipe Perfeito transformou-se rapidamente.

E procurando com a elegância moral da resposta, atenuar a injustiça de que se envergou, levantou-se para o abraço.

As reservas de Caça nas Colónias

(Continuação da 1.ª página)

Perrier, antigo director do Museu de Paris, insurgia-se justamente contra a ideia de aniquilamento da fauna selvagem, mesmo com o pretexto de que os animais ferozes fossem os vectores de germes de numerosas doenças tropicais. Essa fauna, já hoje dizimada de modo alarmante, seria, na opinião do célebre zoologista, um conjunto de beleza natural a proteger e a conservar.

A novidade de certos animais é das coisas mais difíceis de estabelecer, sabendo-se que muitos dos animais perigosos da estepa ou da floresta, não deixam de ser aproveitados pelo seu maior inimigo e explorador — o Homem. As peles, o marfim, as carnes, a gordura, o couro são, em inúmeros casos, o objectivo da procura e da caça intensa de semelhantes seres e não se desconhece que a emotividade das grandes partidas venatórias seja, ainda hoje, no Continente Negro, como na Ásia e na América ou na Austrália um divertimento atraente de nababos e milionários e portanto uma finalidade atendível dessas reservas, actualmente solicitadas e postas em prática por sábios zoologistas e técnicos de diferentes países cultos.

Não há muito, os Crocodilos da América do Norte eram tidos em horror e perseguidos até à extermínio: actualmente é que os industriais desse país se aperceberam de que esses Emydosaurios eram preséiteis e melhor era criá-los às centenas em parques apropriados, para em ocasião sadia lhe aproveitarem o excelente couro. Até os temíveis esqualos, conhecidos até há pouco como terror dos mares, são hoje sujeitos à

pesca metódica, a fim de lhes adquirirem também a pele para artefactos de luxo. Do Elefante africano se supõe belamente que a semelhança do indiano, possa também ser agregado a determinadas empresas. De numerosas espécies se poderia, semelhantemente, discutir a qualidade nociva, que as não impede de serem utilizadas em condições apropriadas. Em outras tantas predomina a vantagem do seu estudo científico e da sua aplicabilidade experimental, como sucede com os pequenos e grandes Simios, que ora se requisitam em quantidade para os grandes trabalhos de Medicina, em matéria de enxertos e transplantações à Voronoff, ou em inoculações destinadas a esclarecer importantes problemas de nosologia e terapêutica moderna, o quanto basta para justificar a preservação dos ferozes Antropóides.

Julga o venerando africanista que a civilização hodierna impõe aos sistemas coloniais orientação e directrizes, que trazem como consequência fatal o desaparecimento dos animais selvagens perante o desbriamento da selva e sua substituição pelos territórios agricultados e entende ainda que o melhor é apressar o seu desaparecimento total, porque fazem parte duma Natureza inteiramente diversa daquela a que o Homem se deve adaptar. Cremos, porém, que Portugal, integrado na actualidade da corrente civilizadora, que ele há séculos iniciou heróicamente, necessita, à sua parte, nos vastos domínios que constituem o Império português, instituir criações dessa ordem científica e técnica, em que pesse ao nosso respeitável escritor, pois contribuindo para semelhante obra muito teremos que aprender e que ensinar aos outros, como os descobridores e expedicionários de outras eras. Como os missionários, à força de coragem, de saber e de abnegação reduzem à humanização os indígenas, por vezes, intra-

passos incertos, já Bartolomeu Dias reconheceria a distância a figura que se aproximava lentamente.

E interrompendo o seu cismar inútil correu a ampará-lo assustado com a temeridade.

— Que infinita misericórdia o movera! — Fara que vestes? exclamou tão depressa pôde alcançá-lo, inclinando-se para receber a benção.

Guiara o monge o luar claríssimo que refletindo nas águas batia em cheio nas rochas escarpadas em que o pobresinho rasgara os pés, levando áqueles caminhos ermos de almas, a doçura sempre inédita das lindas visões cristãs.

— Vim por temer, balbuciou em voz trémula, que vos houvesse de tentar, aquele de que diz a Epistola, que quando tenta, torna inútil o nosso trabalho. Vim para vos pedir que tolerais o destino por mais rigoroso que vos pareça. Vim para vos dizer que a ira de Deus cai sobre os ambiciosos, meu filho, e vim para vos pedir conformação com a vontade do Senhor. Resignai-vos e atentai que El-Rei se regosijará com a vossa boa vontade...

Bartolomeu Dias não respondeu logo. O amor dos grandes feitos ardia no seu temperamento aventureiro. Ergueu galhardamente o belo rosto franco e crestado pelos repetidos açoitados dos temporais. Por fim disse então fitando-o com respeito:

— Perdoai mas não me resignaria que El-Rei se contentasse com a minha boa vontade; se me resigno é pela fé que me anima.

E trepando a toda a altura do Padrão, em frente do qual haviam chegado enquanto falavam, beijou a Cruz devotamente, fervorosamente.

E prosseguiu transfigurado:

— Não podia ter-me abandonado o poder divino da Cruz. Só porque os portugueses a trazem tão longe para melhor a fazerem venerar, ela será o símbolo da eterna glória dos Filhos dilectos de Portugal.

Comovido o sacerdote que à luz daquele clarão de esperança considerava mesquinhas as razões com que tentara consoli-lo, teve para ele um relâmpago de olhos que o envolvia de admiração:

— Fiat voluntas tua.

Ao despontar o dia abalaram desse

ilheu onde deixavam a Cruz do Padrão que ficando a atestar a passagem da gente portuguesa por aquelas terras até então ignoradas, retomava ao mesmo tempo a sacratíssima missão de lhes ir traçando a rota triunfante, à luz invencível da sua própria sombra.

Nos três dias estipulados para os últimos reconhecimentos, alcançaram as naus

quando lhe fôra anunciada a partida para a África, e El-Rei tanto se agradara de lhe ouvir:

«Senhor, quem é o homem para que vos lembres dele, ou o filho do homem para que o engrandais tanto?»

E findas as demarcações do Cabo, fez

juramento de vencer todas as aventuras que pudessem demorar inutilmente o contentamento de D. João II com a sua volta a Portugal.

BERTA LEITE.

apenas o rio do Infante (que chamaram assim porque o primeiro a desembarcar foi João Infante que comandava a caravela S. Pantaleão (?), sem que contudo conseguissem avistar o Cabo. As equipagens estavam nitidamente revoltadas.

Retrocederam por fim.

E na volta, passaram novamente à vista das pontas de areia que guardavam o Padrão. Ao aperceber a Cruz, Bartolomeu Dias descobriu-se num derradeiro assomo de esperança.

Navegava agora mais perto da costa que a tempestade lhe vedara. Subitamente um grito de alegria saiu do seu coração:

«Louvado seja o Senhor!»

Observava com espanto que havia já milagrosamente dobrado o nomeado Cabo tormentoso.

Ancoraram.

De joelhos em terra enquanto se colocava o Padrão de S. Filipe, Bartolomeu Dias repetia com a voz presa de emoção aquelas palavras do Psalmo que já pronunciara

em favor da humanidade. Quanto à invocada ancestralidade, ela está mais do que posta em dívida, até batida em brecha pelos cientistas que melhor se identificam com as doutrinas evolucionistas e desmentem, na melhor das intenções, essa falsa genealogia, apenas apoiada na deturpação mais infeliz dos temas darwinianos. Poderemos, portanto, afastar da nossa mente.

Por mais longe que se vá buscar a estirpe comum, o género humano diverge sempre triunfalmente, pela forma, pela acção, pela inteligência, dos outros Primatas, com os quais por troca pretendeu confundir-lo, às vezes, tomando por pretexto o exame incompleto de alguns factos da morfologia simiana e a interpretação tendenciosa de semelhanças científicamente explicáveis, sem degradação humana.

J. BETTENCOURT FERREIRA,

Prof. aux. do Instituto de Zoologia da Universidade.

(?) Quintela — Anais da Marinha Portuguesa — Tómo I, pág. 204.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.

ULTRAMAR tem como Representante em Lisboa, o sr. João dos Santos, na Avenida Elias Garcia, 77-1.º.



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — O salão da secção retrospectiva, vendo-se à esquerda, numa vitrine, o montante de Vasco da Gama

Horas Portuguesas

A luz do sol, alumia e aquece em todo o mundo a grande alma portuguesa.

Fomos Nós os que vimos as estrelas Do céu boreal nas ondas se afundar, E ante a proa das nossas caravelas O Cruzeiro do Sul surgir do mar.

E o fogo ardente desses novos astros, Que o nosso olhar surpreso deslumbrou, Como um santelmo sobre os nossos mastros O mar inteiro e a terra iluminou.

Sonho homérico do Infante Dom Henrique Que ainda nos enche da sua grande luz, Desde Timor a Goa e a Moçambique, E desde a Africa adusta a Santa Cruz;

Que ainda há-de, reacendendo a glória Da nossa antiga Fé e antigo ardor, Alumiar nos áditos da História O renascer de um Portugal Maior.

A quem chamou Camões já «o alto Império Que o sol primeiro vê logo ao nascer, Que vê, também, no meio do hemisfério, E o deixa derradeiro, em seu descer.»

Julho de 1934. ALVARO DE CASTELÕES.

CONFERÊNCIAS COLONIAIS — «A função colonial de Portugal razão de ser da nacionalidade» pelo sr. capitão Galvão

Para inaugurar a série de conferências promovidas pela comissão organizadora da Exposição Colonial, realizou, pelas 22 horas e meia, de 16 de Julho, no teatro de S. João, o sr. capitão Henrique Galvão uma brilhante conferência subordinada àquele tema.

No camarote de honra, entre colgaduras de seda vermelha, destacando sobre fundo branco a cruz de Cristo, viam-se os srs. dr. Armindo Monteiro, Ministro das Colónias, dr. Alfredo de Magalhães, presidente da Câmara, dr. Hercúlio Ferreira, governador civil, D. António Augusto de Castro Meireles, Prelado da Diocese, dr. Pereira Salgado e dr. Pinheiro Torres, os quais constituíram a presidência.

No palco, dum e doutro lado do conferente, alinhavam os representantes do domínio colonial português e oito indianos. Na sala, muito concorrida, viam-se elementos oficiais de destaque, tanto militares como civis e alguns senhores.

Aparecendo no palco e tomando a palavra o capitão sr. Henrique Galvão começou por dizer que por dever do cargo que desempenha tinha a honra de inaugurar com esta a série de conferências coloniais que fazem parte do programa de acção da Exposição Colonial, afirmando que este certamente podia limitar-se a ser uma demonstração do nosso esforço e das nossas possibilidades, sessão que deveria atingir profundamente todos os espíritos, formar uma consciência onde existe apenas um sentimento ou uma intuição, divulgar conhecimentos que conduzam ao amor e ao interesse pelas grandes causas — deve ser enfim, uma obra vasta de propagação que compreende desde os elementos simples que com simplicidade penetram e seduzem as almas simples, até às manifestações de cultura que possam envolver os espíritos mais curiosos e as almas mais exigentes quanto à formação dos seus ideais.

Também é necessário — afirma — que a Exposição cave, na sua passagem, nos cérebros e nos corações de todos os portugueses, um sulco profundo — isto é que os seus resultados se eternizem e se fixem na memória das massas, e contribuam poderosamente para convencer Portugal inteiro que a função colonial é realmente, indiscutivelmente, a razão de ser da nacionalidade.

Doutra forma, passados dois ou três anos, a Exposição Colonial seria apenas esta cousa inferior e sem significado: uma festa que em 1934 houve no Porto com a Rossa e o Augusto.

Para que assim não seja se promovem esta série de conferências, se organizaram Congressos, se editam numerosas obras de vulgarização e cultura e se pretende ainda conservar tempo forte com a vida e a mocidade que hoje tem, certos aspectos e realizações da Exposição.

E porque assim deve ser quis o senhor Ministro das Colónias assinalar e honrar com o alto significado que a sua presença empressa a este acto, mais um acontecimento que, afinal, a sua política e o seu esforço tornam possíveis.

Inauguro hoje a série por dever de cargo — e ainda porque é de boa técnica que os melhores valores, os melhores assuntos e as melhores obras succedam às de menos brilho. Cuido que conseguimos reunir os melhores nomes e as mais altas competências para desenvolverem uma série de temas que marcarão profundamente como obra de propagação e cultura coloniais. E se principia pela que é a mais modesta e a que menos alcança os altos objectivos que a Exposição visa — eu prometo a V. Ex.^{ca} que proseguirá e terminará com a honra e o brilho que são indispensáveis.

As gerações actuais — continua — estão vivendo horas e acontecimentos que eram desconhecidos em Portugal há muitos anos.

Grandes lufadas de ar fresco — dêsse bom e glorioso ar que de os origens nos vem do Atlântico — grandes invasões daquele sol que cresta a pele e penetra nas almas, toda a laboriosa actividade, os entusiasmos, as surpresas que constituem a comitiva do ressurgimento, despertam, renascem, reconstituem a personalidade, o carácter, a Nação que sempre fomos.

Há vinte anos os cânticos das nossas glórias soavam falso como esburacadas trombetas sopradas sem convicção. Ao evocar-se os grandes, os maiores desta terra, ao referirem-se as suas obras e as suas glórias, sentia-se a amargura da distância, uma espécie de envorvelhada saudade, o sentimento vago de que se tratava de homens doutra raça, de acontecimentos doutra Nação, de glórias pedradas demais para a fraqueza que nos oprimia.

Tudo isso eram tremendos pontos de referência que quasi desanimavam. Perante uma evocação do Infante palpava-se a verdade insólita das nossas desordens, as referências a Ceuta, Goa, Diu, a Albuquerque e

Informação da Quinzena

Vasco da Gama faziam arripir os que, durante a vida inteira apenas tinham presenciado e sentido essas cousas mesquinhas que foram as lutas liberais, as revoluções periódicas, os ídolos da política — e esse perturbante pessimismo feito talvez do sentimento de incapacidade e de desalento que apreciava a sociedade portuguesa.

O sr. capitão Galvão apreciou, depois, o que seria Portugal sem colónias e alegou-se em considerações sobre o problema económico e político. Refere-se ao aumento de actividade fabril, principalmente na indústria do algodão. Narrou, depois, a discussão que ainda há tempos, em face da crise do Congo Belga, se travou na imprensa da Bélgica sobre se haveria vantagem em manter aquela sua Colónia africana.

O conferente terminou afirmando que todos devem assegurar o presente e garantir o futuro. O orador foi ao terminar a leitura do seu trabalho muito aplaudido.

A sala dedicada, também, ao senhor Ministro das Colónias uma vibrante manifestação de simpatia.

O 1.º CONGRESSO MILITAR COLONIAL

A sessão inaugural do I Congresso Militar Colonial, realizada, na noite do dia 23 de Julho, no Teatro S. da Bandeira, foi pode afirmar-se — uma das solenidades mais brilhantes a que, nos últimos tempos, a Capital do Norte tem assistido.

Três membros do Governo da República, os srs. Ministros da Guerra, das Colónias e da Marinha, honraram a abertura oficial do Congresso com a sua presença, tendo o primeiro, que presidiu, pela sua categoria de Chefe do Exército, proferido afirmações duma sobriedade e duma clareza que foram, na verdade, o melhor augúrio do êxito que corou a reunião de militares e quem, especialmente, interessa o aperfeiçoamento da nossa tropa ultramarina.

Nessa sessão solene produziu o sr. General João de Almeida uma notável conferência, tendo ainda discursado, brilhantemente, os srs. Ministro da Guerra e Coronel Luis Monteiro Nunes da Ponte, presidente da Comissão Organizadora do Congresso.

A ordem de discussão das teses apresentadas, discutidas e aprovadas foram as seguintes nos dias abaixo designados.

Dia 24: Preparação colonial e oficial sobre etnologia e geografia colonial, pelo major Nascimento Moura; Recrutamento dos indígenas e o valor das raças, pelo srs. dr. Pinto de Mesquita; Educação do soldado indígena, pelo major Nascimento Moura; Directivas económico-sociais da política indígena, pelo capitão inválido dr. Ribeiro Fortes; Justiça militar — Sua aplicação aos indígenas, pelo alferes dr. Pinto de Mesquita; Preparação das expedições ultramarinas, pelo coronel do E. M. Azubujá Martins; A unidade da defesa do território nacional, pelo coronel do E. M. Pires Monteiro; Exército Português — Como deve ser constituído, pelo coronel do E. M. Ribeiro Vilas; A especialização do Exército Colonial, pelo capitão inválido dr. Ribeiro Fortes; Recrutamento dos oficiais para o serviço das colónias e recrutamento dos indígenas, pelo major Nascimento Moura.

Dia 25: Organização das reservas navais coloniais, pelo almirante Oliveira Muzanty; A organização dos serviços de marinha no Império, pelo comandante Weinholz Bivar; O aproveitamento dos portos coloniais na defesa do Império, pelo major Nascimento Moura; A Companhia de Marinha Expedicionária ao Caamato em 1907, pelo comandante Teixeira Marinho; Organização militar e o recrutamento das tropas de infantaria, pelo capitão Basílio Lima; O Problema de Cavalaria em Africa, pelo major Vital Barbosa; A acção de engenharia militar em Africa, pelo capitão Quintino Rogado; A organização dos serviços rádio-telegráficos, pelo major Ferreira Quaresma; As fortalezas de além-mar, pelo major Nascimento Moura; Solução, sob o ponto de vista económico, para a criação dum corpo de tropas indígenas, pelo capitão Romualdo Tavares; A acção dos irregulares nas campanhas de Moçambique, pelo barão de Vilaiva.

Dia 26: Os serviços de Administração Militar nas grandes Colónias, pelo tenente coronel Costa Júnior; Relatório dos servi-

ços de Administração Militar na Exposição de Moçambique em 1916, pelo coronel Laura Moreira; A motorização das colónias e os carburantes coloniais, pelo major Nascimento Moura; Conhecimento e aproveitamentos sob o ponto de vista militar dos produtos coloniais, pelo major Nascimento Moura; A aviação sanitária em Angola e Moçambique, pelo major médico Mata Júnior; Policia sanitária aérea, pelo major médico Mata Júnior; Organização dos serviços de saúde numa colónia negra, pelo tenente médico Alves Valadares; Alguns aspectos sanitários da Expedição de Moçambique em 1916, pelo major médico Pires de Lima; A selecção militar para o serviço colonial, pelo capitão médico Mário de Almeida; Assunto de higiene colonial, pelo capitão Lamelas; O serviço de saúde no Batalhão Expedicionário de Marinha em Angola, pelo capitão-tenente médico Rival Saavedra; A higiene das tropas em campanha, pelo dr. Assis Brito; O serviço de saúde castrense no Ultramar, pelo oficial médico Joaquim Figueira; Subsídios de higiene para uma acção militar nas colónias, pelo major médico Antunes de Vasconcelos.

Na terrase do Palácio das Colónias efectuou-se na noite de 25 um banquete, presidido pelo sr. Ministro da Guerra. Foi uma festa de notável distinção.

A sessão de encerramento, realizada na noite de 26 no teatro S. da Bandeira com cerimonial idêntico ao da abertura, presidiu o sr. Ministro da Guerra e Marinha. Foi conferente o sr. general Norton de Matos, que falou, notavelmente, sobre «A acção civilizadora do Exército Português no Ultramar».

Discursaram, também, brilhantemente os srs. Ministro da Marinha, em nome do Governo, e major Fernando Moreira de Sá, em nome da Comissão Organizadora do 1.º Congresso Militar Colonial.

No Palácio das Colónias efectuou-se, depois, um baile para fecho de tam brilhante Congresso.

O DIA DE MOÇAMBIQUE — Inauguração duma placa no Monumento ao Esforço Colonizador. Homenagem aos mortos da Colonização

Com a designação de «Dia de Moçambique», comemorou-se em 24 de Julho findo o 50.º aniversário da publicação da sentença arbitral proferida pelo marechal Mac-Mahon, que decidiu dos territórios em litígio a favor de Portugal.

Às 17 horas formou na Praça do Império a 5.ª Companhia Indígena de Moçambique com a banda regimental de Angola, sob o comando do sr. capitão Silva Carvalho.

Alguns minutos depois, o sr. ministro da Guerra dirigiu-se para junto ao Monumento ao Esforço Colonizador onde um indígena de Moçambique, trajando a sua indumentária característica, descerrou uma placa, coberta com a bandeira nacional, que tinha a seguinte legenda — «Aos Portugueses de Moçambique».

Rodeando o titular da pasta da Guerra, assistiram à cerimónia os srs. Comandante da 1.ª Região Militar, generais Norton de Matos e Ferreira Martins, comandante Afonso Querqueira, coronel Nunes da Ponte, capitão Henrique Galvão, João Mimoso Moreira, major Primo de Sá Sotto Maior, conde de Vilas-Bôas, major Pinheiro Correia, coronel Luis Patacho, Machado Sidanha, António Barradas, dr. Almeida de Eça, etc.

A banda executou o hino nacional e todos os presentes se dirigiram para o Monumento aos Mortos da Colonização, assente na Avenida da Índia.

Novamente, formou a tropa de Africa. Dando início à cerimónia, o sr. coronel Nunes da Ponte, dirigindo-se ao sr. Comandante da Região, disse: «Como presidente da Comissão Organizadora do 1.º Congresso Militar, peço a V. Ex.^{ca} para depor estas flores no Monumento aos Mortos da Grande Guerra».

O sr. brigadeiro Schnappa de Azevedo recebe das mãos de madame Nunes da Ponte o ramo de flores, que coloca na base do referido Monumento. É feita a continência, entretanto que se ouve o hino nacional. A seguir o sr. general Norton de Matos, que recebe das mãos da sr.^a D. Isaura Sotto-Maior um ramo de flores, dirige-se nos seguintes termos: «Senhor Ministro da Guerra: Peço a V. Ex.^{ca} licença para, como Presidente da Comissão Central dos Padrões da Grande Guerra, depor, como preito da minha homenagem, estas flores no Monumento à memória dos que se bateram pela obra admirável

da Colonização, que todos temos obrigação de manter e valorizar enquanto tivermos um sópro de vida para realce do nosso Império.»

O sr. general Norton de Matos, que veste à paisana, avança para o Monumento onde coloca as flores. Ouve-se o hino nacional, entretanto que os militares fazem a continência.

Os assistentes dirigem-se depois para a escadaria principal do Palácio das Colónias, onde em primeiro plano os srs. ministro da Guerra, comandante da 1.ª Região, general Norton de Matos, capitão Henrique Galvão e outros oficiais assistem ao garboso desfile, em continência, da tropa de Africa.

Estava terminada a singela e impressionante homenagem da primeira parte da comemoração do «Dia de Moçambique».

A placa foi feita com todo o esmero pelo distinto escultor Sousa Caldas.

«A-proposito da sentença de Mac-Mahon», conferência pelo dr. António Barradas

O sr. dr. António Barradas, distinto escritor e professor do Liceu de 5 de Outubro, de Lourenço Marques, adentro do programa da acção da Exposição Colonial Portuguesa, proferiu nessa noite no pósto emissor da Invicta-Rádio, uma brilhante conferência «A-proposito da sentença de Mac-Mahon», que foi largamente difundida.

«A Exposição Colonial Portuguesa — disse o sr. dr. António Barradas — celebra hoje o Dia de Moçambique, por ser o 50.º aniversário da sentença proferida pelo Presidente da República Francesa, Marechal Mac-Mahon, no pleito entre Portugal e a Grã-Bretanha sobre o domínio dos territórios ao Sul da Baía de Lourenço Marques, que por tal sentença ficaram definitivamente pertencendo a Portugal.

O dia 24 de Julho foi o escolhido pela Câmara Municipal de Lourenço Marques para feriado municipal da capital da Colónia de Moçambique, e o facto que se comemora merece, na realidade, êsse relevo, pois dele dependeu não só o progresso da localidade, mas até, indirectamente, o de toda a vasta província da Africa Oriental Portuguesa, que se estende desde o Rovuma até o estuário do Espírito Santo — a Colónia de Moçambique».

Depois de narrar o que foi o arbitragem e a sentença e fazendo, a seguir, a biografia de Paiva Manso, Andrade Corvo e Mac-Mahon, o conferente fez a história de Moçambique e descreveu o desenvolvimento de Lourenço Marques.

«Algo de inédito se passa hoje, — continua — pois é a vez primeira — parece — que uma cidade do Portugal de Aquém-Mar faz sua também a festa de uma cidade irmã do Portugal Ultramarino.

A cidade do Porto, berço do infante D. Henrique,

...leal cidade, donde teve
Origem (como é fama) o nome eterno
De Portugal...»

por intermédio da Exposição Colonial que dentro dos seus muros se desenrola, estende os seus braços em fraterno amplexo à cidade irmã das margens do Espírito Santo.

Mas tem significado mais profundo este gesto. Não é só a cidade do Porto que festivamente comunga no feriado municipal de Lourenço Marques. É por assim dizer, todo Portugal, desde o Minho ao Algarve, que saúda neste dia a longínqua e extensa província da Africa Oriental Portuguesa, dentro da qual cito a nove vezes poderia caber a pequena eza *Usuzina*. É a solidariedade de todas as partes do vasto império colonial português que começa dêste modo a afirmar-se.

Em 1925 foi festejado em Lourenço Marques, com grandes galas e pompas, o cinquentenário da sentença arbitral de Mac-Mahon. Promoveram essa festa os alunos do Liceu, orientados e dirigidos pelos seus professores de História. Na véspera do glorioso aniversário, numa sessão solene presidida pelo Alto Comissário, Vitor Hugo de Azevedo Coutinho, ouviu-se a palavra eloquente do dr. Leonardo de Castro, numa conferência brilhante sobre o acontecimento histórico que se comemorava realçando a atitude da República Francesa pondo-se no lado do pequeno Portugal no seu pleito com a Grã-Bretanha. Nessa noite aparecerem iluminados os territórios da Catebe, do Maputo e da Inhaca, sobre cuja posse recarata o litígio anglo-luso. No dia 24, mais de mil crianças das escolas da cidade destilaram e em parada fizeram ouvir os cores vibrantes da *Marsehesa* e da *Portuguesa*. Inaugurou-se uma Biblioteca Popular na Escola Paiva Manso. E para encerrar êsse dia de festa, os soldados da guarnição, em luminosa e atracessaram a cidade desde a Praça de Mac-

—Mahon até ao alto da Polana pelas avenidas Paiva Manso, Andrade Corvo e 24 de Julho.

Na verdade, a lição histórica a tirar do facto que hoje comemoramos é esta: a nossa falta de continuidade e persistência tem-nos feito correr bastantes vezes graves perigos. Por falta de eficaz ocupação das margens da Baía de Lourenço Marques estivemos em riscos de perder esta excelente posição. Para resolver o longo pleito que durante mais de meio século se desenrolou, em boa acção diplomática propusemos a arbitragem e confiando-a a nobre França dela recebemos justiça pela decisão do seu Presidente da República, o Marechal de Mac-Mahon. Penitenciemo-nos então do erro em que cairamos, e em pouco mais de outro meio século fizemos da abandonada feitoria uma grande e formosa cidade, um excelente e bem apectado porto. Tem, além do centro comercial, na cidade baixa, três bairros edificadas em pontos elevados: o Alto Mahé, a Maxaquene e a Polana. Neste existe um Hotel magnífico: há mais dez hotéis em toda a cidade. Trinta-s-oito avenidas, cinquenta ruas, dez largos e praças. Um monumento a António Enes, outro em projecto a Mousinho de Albuquerque, um Arco Manuelino no Jardim Municipal, um edifício majestoso em que está instalado o Museu Avaro de Castro. Uma bonita estação de caminho de ferro, Linda praia, Hospital, Igreja, Liceu e escolas primárias, Sociedade de Estudos, Campos de Jogos, Tiro e esgrima, Grémio Náutico, Caça e Pesca, Campo de Aviação, Praça de touros e hipódromo, Transportes urbanos: eléctricos, automóveis e auto-ônibus. Tal é o panorama de Lourenço Marques de hoje em dia. Nesta capital se albergam metade dos portugueses que há na Colónia.

Muitos destes portugueses fizeram já de Lourenço Marques a sua terra de adopção. Plantaram a árvore, vão escrevendo o livro da glória hodierna, vão procurando os filhos que serão a geração de amanhã.

E na plenitude deste esforço — concluiu o dr. Barradas, a moça geração, erguendo esta Pátria grande da *apagada tristeza* de algum tempo, poderá a si própria aplicar ainda os versos do Poeta:

Oh! mocidade heróica e bela,
Rasga o teu peito sem cautela,
Dá-lhe o teu sangue todo, vá!
Morre a cantar! que ela
Reviverá!

A conferência, que é um trabalho esmerado, produziu excelente impressão, recebendo pelo telefone e em telegramas o dr. António Barradas muitas felicitações. Em edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa publicou-se numa «plaquette», a referida palestra — «A propósito da sentença de Mac-Mahon» —, que foi largamente distribuída.

O festival na aldeia de Moçambique

A noite, a aldeia indígena de Moçambique esteve em festa. Houve grande animação. Fizeram-se ouvir os tocadores de marimbas e realizaram-se danças gentílicas, batucos cheios de pitoresco, carácter e inditismo.

Em redor da aldeia juntou-se uma multidão compacta, a quem o interessante espectáculo prendeu demoradamente a atenção.

A propósito da comemoração do «Dia de Moçambique», foram ontem expedidos os seguintes telegramas:

Do sr. dr. Alfredo de Magalhães, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto ao sr. presidente da Câmara Municipal de Lourenço Marques:

«Cidade do Porto evocando Mac-Mahon saúda a capital de Moçambique». — *Alfredo de Magalhães.*

Do sr. capitão Henrique Galvão, director-técnico da Exposição ao sr. Governador Geral de Moçambique:

«Comemorando hoje a Exposição Colonial o «Dia de Moçambique», pelo 59.º aniversário da sentença de Mac-Mahon, apresento a V. Ex.ª e população da Colónia as melhores saudações». — *Henrique Galvão.*

Comemoração do Combate de Macontene — O jantar de confraternização dos sobreviventes

No salão de festas do Palácio das Colónias realizou-se ontem, pelas 20 horas e meia,

um jantar de confraternização entre combatentes sobreviventes que tomaram parte no combate de Macontene, em Moçambique, em que as tropas portuguesas, sob o comando de Mousinho de Albuquerque derrotaram há 37 anos os «Impis» de Maguiana, pondo fim à revolta de Gaza e promovendo assim a derrocada dos Vátuas.

Presidiu o sr. coronel de artilharia de reserva, António Martins de Andrade Vêlez, que na ocasião daquele combate exercia as funções de sub-chefe do Estado Maior da colónia. Assistiram os seguintes antigos combatentes: — comandante conde de Vilas-Boas, coronel Luís Cândido da Silva Patacho, capitães António Braz, Fernando Rasquilho e António Andrade; 1.º tenente Fernando de Magalhães, Arnaldo Augusto de Andrade, então guarda-marinha e actualmente chefe do pósto administrativo de Moçambique, e Jacinto Duarte.

A meio do jantar deram entrada na sala os srs. coronel Lauro Moreira e eng. Custódio Guimarães, da Liga dos Combatentes da Grande Guerra; comandante Afonso Corqueira, coronel Hermínio Gomes e José de Magalhães, e Meneses, que foram cumprimentar aqueles heróis de África. Mais tarde, esteve ali, o sr. João de Azevedo Coutinho, que foi recebido aos braços de «bayete».

O jantar — em cuja ementa havia pratos dedicados a Macontene, Mapulanjune e Chibuto, — decorreu animado. Recordaram-se episódios dos combates e prestou-se, num minuto de silêncio, homenagem aos camaradas mortos. Os antigos combatentes evocaram, nesse jantar de confraternização, horas dramáticas e momentos de alegria.

A sobremesa, o sr. coronel Patacho evocou alguns episódios do célebre combate e foi resolvido enviar, à viúva de Mousinho de Albuquerque, sr.ª D. Maria Joana Gaivão Mousinho de Albuquerque, que foi enfermeira no hospital de sangue de Macontene, o seguinte telegrama: «Os sobreviventes de Macontene, reunidos na Exposição Colonial, saúdam, em V. Ex.ª, a companheira heróica das horas de perigo e glória do chefe querido e saído».

As 23 horas entrou na sala o sr. ministro da Guerra, acompanhado pelo sr. comandante da 1.ª Região Militar, que foram saudar os heróis de Macontene, e que tomaram lugar na presidência da mesa. Os convivas saudaram, depois aos gritos de «bayete», o Chefe do Estado e o sr. ministro da Guerra. A «Ordem de serviço», da Exposição, publicou uma emocionante saudação aos heróis de Macontene.

Enviaram telegramas, associando-se à festa de confraternização, os srs. conde da Ponta Manuel, 1.º tenente Severino Martins e tenente José de Freitas. Receberam, ainda, o seguinte expressivo telegrama dum dos soldados que tomaram parte na célebre carga de cavalaria: «Confraternizando, tomo a liberdade de abraçar os camaradas. (a) *Sérgio Franco*, soldado do esquadrão de dragões de Macontene».

O sr. general Vieira da Rocha enviou, também, um telegrama assim concebido: «Motivo de serviço impossibilita-me de assistir ao jantar dos Combatentes de Macontene. Cumprimento companheiro de armas, que sob o comando de Mousinho de Albuquerque souberam valerosamente cumprir um dever em que a vitória dáste combate em-tregou definitivamente a Portugal os vastos territórios do império vátua. Abraços afectuosos a todos os amigos, companheiros de tantos combates. Vieira da Rocha».

Na sala, onde se efectuou o jantar, estavam em exposição, rodeando os retratos de Mousinho e do tenente Roby, várias fotografias das colunas de operações.

Um grandioso espectáculo — A Parada Regional de Entre-Douro-e-Minho

A 15 de Julho efectuou-se a Parada Regional de Entre-Douro-e-Minho, organizada em homenagem à Exposição Colonial.

Depois de atravessarem a cidade sob a da adoração e os aplausos população encantada com tão impressionante, b'zorro e colorido espectáculo, os inúmeros ranchos das regiões minhota e durienese, constituídos por 15 mil pessoas, desfilaram em frente ao Padrão de Diogo Cão no Palácio das Colónias, e diante dos srs. Ministro das Colónias, Governador Civil, Presidente da Câmara Municipal e membros da Comissão Organizadora da Exposição.

Visitaram, em seguida, o Certame e imprimiram, com os seus trajes característicos e a alegria dos seus cantares, uma nota intensa e invulgar ao recinto da Exposição.

O sr. conde de Vilas-Boas, incansável organizador e um entusiástico animador desse maravilhoso quadro que empolgou toda a cidade, foi alvo de merecidos elogios e de francos aplausos.

TEATRO DA EXPOSIÇÃO — A fantasia-colonial «Viagem Maravilhosa»

Inaugurou-se na noite de 15, em dois espectáculos, o Teatro da Exposição, subiu à cena a fantasia colonial, em 2 actos e 16 quadros, *Viagem Maravilhosa*, de Matos Sequeira, Pereira Coslho e Hugo Rocha com música de Armando Rodrigues, Jílio Almada e Raul Ferrão, representada pela companhia dirigida e de que fez parte a ilustre actriz Amélia Rey Colaço.

Transcrevemos de alguns diários excertos de impressões dedicadas à *Viagem Maravilhosa*:

Escreve O Comércio do Porto:

«Para nós, adultos, a *Viagem Maravilhosa* tem, para a nossa sensibilidade, para o nosso coração e para a nossa alma, o íntimo consólio espiritual da evocação do nosso grandioso passado de descobridores e guerreiros e da citação do que, nos tempos hodiernos, temos feito para a grandeza do nosso Império Colonial. Para as crianças, a *Viagem Maravilhosa* torna-se num álbum precioso e adorável, de bizarras e expressivas páginas que, ataviadas de luz e cor, de fantasia e pitoresco, passam ante os seus olhos — na alegria gigante do seu poder de fascinação — em imagens que se prendem ao seu espírito e lhe dão, ao mesmo tempo que a nota recreativa, a mancha izarada e sugestiva dum forte sentido educativo.»

Diz O Primeiro de Janeiro:

«Escreveram *Viagem Maravilhosa* Pereira Coelho e Matos Sequeira, dois ilustres homens de teatro afirmados numa brilhante actividade literária, e Hugo Rocha, nosso distinto colega na imprensa e poeta de merecimento. E desse encargo saíram os autores com todo o apuro e carácter. Produziram uma obra que tem interesse e oportunidade. Não escreveram um trabalho absolutamente literário restrito a um limitado público. Isso seria monótono, fatigante. Apresentaram, portanto, uma peça que, pelas suas qualidades, agrada a toda a gente. Gingaram-se os autores à finalida da Exposição. E desenvolveram uma ideia — o espírito de aventura dos portugueses levados audaciosamente através de mares ignorados na ansiedade de descobrir novos continentes. Deram acção a um tema que é vulgar. Mas fizeram-no com vibração, espalhando em várias situações a nota patriótica, sem fatigar e com elevação. Salientaram, em útil propaganda, o valor, a expansão e o carinho pelo Império Colonial. E esses dois objectivos, que todo o bom português deve acolher com simpatia e ternura, foram tratados hábilmente, como convém a uma obra de teatro. Lá figura no desenrolar da acção, que é leve, singela e atraente, a nota risonha, o aspecto pitoresco e a mancha de índole sentimental. Esplendidamente harmonizados esses factores, resulta que *Viagem Maravilhosa* se impõe, pela sua factura literária, pela vibração patriótica e pela técnica teatral.»

Refere o Jornal de Notícias:

«Os negros dão à peça uma colaboração preciosa. As danças que fecham o 1.º acto são, pelo dinamismo e expressão, empolgantes. A cega-rega dos pretos das Missões, engraçada e singela, foi bisada com justiça. O grupo de colonos de Cabo Verde, com a figura distinta de Luís Rendall a dirigi-los, marcou outro sucesso na «morna» em que Amélia Rey Colaço, Maria Clementina e Amarante são os hilariantes cantadores. E esse tom caracteristicamente ultramarino é, sem dúvida, um dos grandes «ressorts» da *Viagem Maravilhosa*».

O grupo de artistas que vive a peça é dos mais brilhantes — gente de teatro com grande e sonoro nome. Amélia Rey Colaço triunfa do «Prólogo» à «Sereza», visão magnífica, a que não falta Asiático esplendor e a verdade maravilhosa de dois escravos negros carreado o seu palanquim... Tem uma maneira especial de dizer, cantada e lânguida, o que por vezes monotoniza as suas atitudes e expressões. Mas é um artista — pela intuição e pela cultura.

Vai-se esta — sem elemento. É uma tentadora e «agagante» flor de carne vibra — e faz vibrar. Maria Clementina, que nos emocionou nos versos épicos de «A Fé», é pouco aproveitada. É pena. Maria Clementina é dos valores que o público conhece e estima. Maria Lalande, já uma afirmação no teatro declamado, surpreendeu-nos. Tem voz, alegria, desenvoltura — vida. Lídia Ferrão, que apenas canta dois números, evidencia largamente os seus progressos. Deolinda de Sousa, que não vimos há muito, continua a progredir. Diz bem — tem atitudes, sabe movimentar-se com elegância.

Maria Córte Real, Isabel Maria e Maria Bravo — dentro das suas possibilidades. Ananante, sempre naturalíssimo, não tem muito pano para mangas. Marca o seu nome — o que é já uma vitória. Raul de Carvalho tem dois ou três papéis de relevo.

João Villaret e Aivaro Benamor tem jus às referências.»

De o Diário de Lisboa:

«Não temos notícia de «revue-nègre» que apresentasse um conjunto de elementos indígenas tão variado, tão pitoresco, tão colorido, tão empolgante como aquele que colabora na *Viagem Maravilhosa*. Se o baticulo de guerra exibido pelos soldados landins, em seus trajes vistosos, cabeças emplumadas e pernas ágeis, empunhando armas gentílicas e entoando cantos guerreiros, se exhibisse num grande palco parisiense, não temos dúvida em afirmar que alcançaria um êxito inigualável, arrancando a uma plateia inteligente e ávida de beleza uma ovação de apoteose.

Embora tenha muitas outras virtudes a recomendar-lá, o aspecto característico e dominante da peça é, sem dúvida, a colaboração indígena. Não são, apenas os landins. É uma dança movimentada de balantas, de ritmo impetuoso e original. É a apresentação de um grupo de músicos caboverdeanos, numa das suas mornas características. É uma exibição coreográfica enladrada e alacre dos bijagos, em que toma parte uma bailarina negra de curvas harmoniosas e de passinhos rítmicos. É uma «cega-rega» apropriada, tanto pela letra como pela música, e desempenhada com graça ingenua pelos educandos das missões católicas de Caconda. É toda a riqueza, todo o colorido e todo o pitoresco do nosso «folclore» colonial que desfila diante dos olhos maravilhados e surpreendidos do público, que não lhe regateou aplausos. Peça de exaltação colonial, preenche inteiramente o objectivo que tem em vista. Condicionada dentro deste «espartilho», e com os recursos de que dispunha, seria difícil fazer melhor, e representa incontestavelmente um grande triunfo para os autores, para Amélia Rey Colaço e para os seus artistas, para os maestros, para os cenógrafos e para os figurinistas.»

Homenagem ao Director da Exposição

O sr. capitão Henrique Galvão, Director da Exposição Colonial, foi, em 14 de Julho, alvo dum significativa manifestação de apreço, reconhecimento e de admiração dedicada pelos chefes de serviço da exposição, como delegados de todo o pessoal menor, e a qual se associaram representantes da imprensa.

Nesse expressivo homenagem falaram os srs. Eduardo Lopes, Octávio Sérgio, António Pinto Machado, Marques da Cunha, Conde de Vilas-Boas, Machado Saldanha, Carlos Nápoles e Henrique Galvão.

O sr. Director da Exposição recebeu flores e vários telegramas de saudação.

O «Dia de Timor»

No próximo dia 6 de Agosto a Exposição Colonial Portuguesa comemora o «Dia de Timor», em razão de passar o aniversário da assinatura, em 1661, do tratado de paz entre Portugal e a Holanda que harmonizou os interesses das duas nações no arquipélago de Solor e Timor.

O programa da comemoração é: A's 17-30 horas — No Teatro da Exposição o aluno da Escola Superior Colonial, dr. João de Castro Osório de Oliveira, proferirá uma conferência sobre Timor. A conferência será rádio-fundida pela Invicta-Rádio e pelo Pósto privativo da Exposição. Seguir-se-á a solenidade do desceramento dum placa no monumento ao Esforço Colonizador, na Praça do Império, feito pelo chefe da representação étnica de Timor na presença dos nativos de todas as mais Colónias.

A's 21-30 horas — Será radiada uma saudação ao Império Portuguesa proferida no Studio da Invicta-Rádio, em língua Tétum, pelo tenente-coronel de 2.ª linha, D. Alexio Córte Real, chefe da referida representação.

O texto dessa saudação será seguidamente transmitido em versão portuguesa.

A's 22 horas — Realização, no recinto da Exposição na Explorada junto à casa do Colono, do festival típico «Nona Hams» — cantigas timorenses, danças de Línguicas e visão do Atauru.

Vai ser editada, para ser distribuída profundamente, uma «plaquette» alusiva a comemoração.

ESTE NÚMERO FOI VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA



ACOMPANHANDO OS PROGRESSOS DO IMPÉRIO



AO SERVIÇO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO

Entre as grandes organizações nacionais que confiam o rendimento dos seus maquinismos à superior qualidade dos produtos Vacuum, ocupam lugar de destaque as mais importantes Companhias de Navegação.

São clientes da Vacuum as seguintes empresas:

Companhia Nacional de Navegação;
Companhia Colonial de Navegação;
Sociedade Geral do Comércio, Indústria e Transportes; Empresa Insulana de Navegação; Carregadores Açoreanos.

ONDE HA PROGRESSO HA PRODUTOS VACUUM



1335

VACUUM OIL COMPANY, INC.

picas, os lançamentos do dardo, admiráveis de força e de destreza.

Depois, a esgrima de baioneta, por toda a companhia uniformizada de «kali», rubro «cofió», a destacar-se sobre as frentes negras, empolgou as atenções gerais. Os soldados, em filas combinadas, saltaram, ao esboçar o combate à baioneta, o seu rugido característico, dum ritmo seco, impressionante, selvático.

Os desarmamentos militares, que se seguiram, evidenciando, de igual modo, uma técnica rigorosa, maravilharam a assistência, dominaram-na, por completo. E o combate de metralhadoras ligeiras, duelo atroz que alguns corpos estendidos simulando a morte, ficaram, trágicamente, assinalando. E o manejo de armas, pitoresco e, também, emocionante. Todos estes exercícios da tropa negra afirmaram um valor extraordinário e uma extraordinária preparação.

Na terceira parte, o grupo coral da Companhia, regido, admiravelmente, pelo capitão-chefe Tomaz Jorge Júnior, entoou himnos patrióticos e canções nacionais.

A «Portuguesa», cantada em tom maior, emocionou os que a ouviram. E o «Soldado de Moçambique», página, ao mesmo tempo, singela e empolgante, dominou todas as almas. A voz dos landins, com seu acento africano, deu, talvez, maior encanto às rimas do seu canto que fala do amor à Mãe-Pátria, do orgulho de serem portugueses, da civilização que Portugal lhes deu e os torna portugueses verdadeiros, portugueses de lei e de sentimento.

Rematando aquela grande festa negra, o «bataque».

O Estádio transformou-se, então, num recanto do sertão africano. E foi maravilha pura ver os corpos dos landins, setim bruido que os focos eléctricos faziam faiscar. E foi pura maravilha ouvir os regougos bárbaros, ecos da selva moçambicana, que os landins, regressados, no traje e nos costumes, à vida do sertão, fizeram soar, entre o «bataque» de guerra.

O «bataque» dos landins não teve, certo, a grandiosidade, a imponência, o brilho e a cor dos «bataques» do Sul de Moçambique. Teve, porém, um aspecto impressionante de reconstituição.

As missões religiosas nas Colónias portuguesas

A benemérita Comissão de propaganda e defesa das missões religiosas nas Colónias portuguesas continua na sua cruzada de patriotismo e humanidade, digna de carinhoso elogio e franco aplauso.

Ultimamente, coincidindo com o funcionamento da Exposição Colonial, tem a iniciativa prestante daquela Comissão sido coroada do melhor êxito na realização das brilhantes conferências efectuadas pelos srs. conselheiro João de Azevedo Coutinho, arcebispo de Ossirinco e dr. Joaquim Costa, as quais produziram a melhor impressão.

Exposição de Arte

Foi adiada para a segunda quinzena de Agosto a exposição de arte, que compreende escultura, pintura, fotografia e desenho sobre motivos coloniais.

A festa da tropa de Africa

Noite de verão a de 27 de Julho findo. Noite mais tropical, talvez, do que certas noites passadas nos trópicos.

Estádio do Lima. Muitos milhares de pessoas. Bancadas repletas, a abarrotar.

Às 10 e um quarto, com o terreno do Estádio batido pela luz forte dos projectores, a festa negra começou.

Da massa enorme do público, inquieta e curiosa, romperam palmas. Entravam no campo, apurados, elegantes, correctísimos, os atletas negros da 5.ª Companhia Indígena de Infantaria, de Lourenço Marques, soldados valorosos, soldados modelares da nossa tropa de Africa.

Primeiro, conforme a letra do programa, ginástica educativa e desportos. Números que o público seguiu, atento, assombrado, silencioso. No fim de cada exibição, uma avalanche de aplausos atrozadores, desabando do alto das tribunas e rolando, pesadamente, pelo terreno brunido do Estádio.

Envergando a indumentária clássica dos desportistas, os atletas produziam um efeito surpreendente. Os corpos negros, musculosos e possantes, destacavam-se, brilhavam, dir-se-iam de seda preta, vestidos, assim, de branco. E a multidão não se cansou de aplaudir, por exemplo, os saltos de banqueta, duma elegância e duma precisão olim-



PALÁCIO DAS COLÓNIAS — A secção de arte indígena